

JUÍZES LEIGOS



19/11/2017

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **100 questões** objetivas. Cada questão apresenta **cinco** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no Cartão-Resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA fabricada em material transparente. Dupla marcação implica anular a questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **cinco** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **quatro** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. O candidato somente poderá retirar-se com o caderno de questões **trinta minutos** antes do término da prova. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por eles e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão apor suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova entregue, obrigatoriamente, o Cartão-Resposta ao aplicador de prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 06.

Texto 1

A justiça em Sócrates

- 1 Antes de tentar justificar ou explicar a justiça em Sócrates, ou o seu conceito, o que vem a ser a mesma coisa, devemos tentar definir o que é justiça.
- 2 No conceito clássico, ou seja, no sentido filosófico, justiça é um conceito que delimita, justifica e dá razão de ser às ações do ser humano no seu dia a dia perante seu semelhante. Dá ao ser humano a dimensão de compreender o que ele é perante o seu semelhante e como ele deve justificar as suas ações. Complicado? Nem tanto. Você é justo quando você entende. Entende o outro. Não você. O outro. Você pode ter as suas convicções, as suas certezas. Mas nada disso importa se você não leva em consideração o que o outro pensa. E não somente leva em consideração, mas se importa. Isso é justiça. A mais pura dela.
- 3 Sócrates tinha esse conceito de justiça. Ele procurava a verdade, sem preconceito. Sem medo. Ele pressupunha qualquer coisa. Mas respeitava a opinião formada. A dos outros. Ele sabia que a justiça estabelecida, aquela que estava escrita e que regia os seus semelhantes, devia ser respeitada e ouvida. Não importava aqui se estava a favor ou não. E aqui está a grande contribuição ao conceito de justiça de Sócrates.
- 4 Ele talvez pensasse diferente do que os outros pensavam. Tinha opinião diferente e queria discutir essa diferença. Mas jamais iria desrespeitar o conceito de justiça estabelecido. Quando o acusaram de ser um perverso e de ser diferente, ele no fundo se rejubilou. Diziam que ele tinha rompido a lei. Ele era uma pessoa justa, mas não via justiça, no sentido pior do termo, nessas acusações. E o que Sócrates fez?
- 5 Entendeu que a justiça, o seu conceito pessoal, não era o da sociedade. E respeitou esse sentimento. E se recusou a fugir e assim morreu.
- 6 Na minha visão, há uma moral funda nisso. Todos nós temos conceitos particulares de justiça. Achamos o que é justo, o que é certo, assim como achamos o que é bonito, o que é bom, o que devemos comprar. Somos sujeitos a uma série de decisões e pragmatismos sobre diferentes valores.
- 7 Temos de tomar decisões sobre vários assuntos e percepções durante o nosso dia a dia. E, às vezes, as decisões que tomamos nos frustram, porque são diferentes do que pensamos ou do que sentimos, porque somos obrigados a seguir a moda, o costume. Às vezes, não temos a coragem necessária de estabelecermos um conceito próprio e viver por ele. Mas com coragem ou sem, temos que entender algo fundamental, que Sócrates nos ensinou. Somos regidos por uma lei

maior, que é a lei da civilidade, da harmonia, do convívio. Temos de aceitar o que está estabelecido, se queremos viver em sociedade. Este entendimento do conceito maior em detrimento do conceito particular se chama civilidade. Se chama filosofia. Se chama ser humano. No maior conceito possível. Esse era, ao meu ver, o conceito de justiça de Sócrates.

- 8 Eu posso achar que isso é certo ou não. O mais importante é entender, perceber, que há uma razão maior que nos faz sermos seres civilizados e humanos. Somos a única espécie que tem essa habilidade de poder entender, de se perguntar e de racionalizar. De estabelecer um valor que nos situa, que nos faz sermos o que somos. E entender isso, esse conceito maior de justiça, que pode ser diferente do nosso, não é ser acomodado. É um começo de uma discussão. De uma dialética, de um questionamento e aperfeiçoamento, de um melhor entendimento sobre o que podemos e o que somos.
- 9 E sem tomar cicutas.
- 10 As perguntas fundamentais da filosofia sobre quem somos, para onde vamos, de onde viemos moldam os nossos valores, porque certamente respondemos a essas perguntas, às vezes, de maneira não consciente, mas respondemos, através do que falamos, das diferentes formas de expressão que usamos e principalmente através de nossos atos perante a realidade da vida.
- 11 Sócrates entendeu isso. Quando ele dizia que a única coisa que sabia era o que nada sabia, ele nos mandou uma extraordinária mensagem. Ele se matou por um ideal e porque sabia que havia uma vida do outro lado. Queria que o julgamento dos seus atos fosse feito pela divindade. O seu discurso final é claro nesse sentido, quando ele diz que a ele é destinado morrer e aos outros viver. Qual dos dois é o melhor destino? Só os deuses sabem. Essa certeza em um valor, na justiça, e em um ideal, uma vida além da morte, entra em contradição com a sua negativa de nada saber.
- 12 Sócrates entendeu que o que nos move, o que nos faz viver é a certeza do nosso coração. Ele a chama de Deimonion, o domínio do divino. Sem razão, sem justificativa. Só por ele existir. A justiça e o seu conceito fazem parte disso. Saber o que é certo, mas sempre duvidar dele e entender que o certo se veste com uma outra roupagem que, às vezes, contradiz o que vemos e em que acreditamos. Saber ver e ter a humildade de querer saber.
- 13 Assim sou eu.
- 14 Essas partes que dizem de mim, que traduzem e determinam a minha moral, os meus valores, só fazem sentido para mim e talvez um pouco para os outros, para os que eu amo e para os que me amam. Para os que de certa forma eu influenci-ei, porque todos influenciemos alguém na vida.
- 15 Porque assim está determinado, dizem, no fundo da Galáxia de Órion, pra além da Via Láctea, lá nos confins do Universo, perto do grande buraco negro que suga o universo a sua volta, onde estão escritos os destinos dos seres humanos.

16 Temos apenas de decifrar as mensagens das estrelas e tentar perceber, olhando o firmamento, como faziam os gregos, quão pequenos e insignificantes somos e entender de uma vez por todas as duas grandes e fundamentais verdades do ser humano:

17 É muito chato fazer ginástica, e não dá para ver o firmamento quando há nuvens no céu e está chovendo.

ALCAZAR, Luiz. Disponível em: <<http://eupensoeoutrasbobagens.blogspot.com.br/2010/01/um-pouco-de-filosofia-e-o-conceito-de.html>>. Acesso: 15 set. 2017. (Adaptado).

— QUESTÃO 01 —

O autor trata do conceito de justiça em diferentes perspectivas e reconhece que, na definição socrática de justiça, o ensinamento independente

- (A) de ideias aparentemente antagônicas a respeito da relação humana em sociedade, a justiça vai pender para o lado mais fraco.
- (B) da determinação legal, a justiça é um valor humano a ser frequentemente rediscutido, porque muda com o passar do tempo.
- (C) de concepções particulares, as decisões humanas estão sujeitas a uma lei maior, que rege a vida em sociedade, a lei da civilidade.
- (D) da compreensão humana, a justiça vai ser sempre feita e bem aplicada.
- (E) da vontade individual, a justiça e a humildade estão em polos distintos do caráter humano.

— QUESTÃO 02 —

No quinto parágrafo, ao responder à pergunta “E o que Sócrates fez?”, o autor demonstra que

- (A) o filósofo tinha uma compreensão de justiça diferente do que estava socialmente estabelecido.
- (B) a sociedade evitou compreender o conceito de justiça estabelecido por Sócrates em sua filosofia.
- (C) o conceito de sociedade e o conceito de justiça têm aproximações tanto no nível individual quanto no nível coletivo.
- (D) a diferença entre valores sociais e valores morais impede as pessoas de observarem a semelhança entre eles.
- (E) a melhor maneira de conhecer a sociedade é saber o que ela pensa a respeito da justiça.

— QUESTÃO 03 —

Considerando o conteúdo do texto e o estabelecimento da interlocução, no trecho “Complicado? Nem tanto. Você é justo quando você entende. Entende o outro. Não você. O outro”, a pontuação ajuda a

- (A) conceituar norma civil a partir de um de direito básico.
- (B) especificar o alvo da compreensão individual para que ocorra a justiça.
- (C) reconhecer a inviolabilidade da Lei e a importância da garantia da ordem pública.
- (D) apresentar informações novas à definição do conceito de justiça.
- (E) reconhecer a violação do direito como uma condição para que ocorra a justiça.

— QUESTÃO 04 —

No texto, ao tratar das motivações humanas e encerrar seus argumentos com a afirmação “E sem tomar cicuta”, o autor sugere que:

- (A) viver conforme os padrões estabelecidos é uma maneira de livrar-se do envenenamento tal qual foi a sorte de Sócrates.
- (B) tomar cicuta é a última das possibilidades se considerada uma escala de valores que se inicia com a vida.
- (C) conciliar valores individuais com valores estabelecidos socialmente é uma realidade possível por meio do diálogo.
- (D) entender a justiça em todas as suas dimensões evita a acomodação e a morte espiritual enquanto o corpo físico continua vivo.
- (E) compreender o valor transcendente da justiça exige do indivíduo integração e concordância com os valores defendidos por seus representantes legais.

— QUESTÃO 05 —

Considerando a realidade atual, a expressão “justiça estabelecida” faz referência

- (A) ao conceito delimitador e justificador das ações do ser humano no seu dia a dia.
- (B) ao exercício de auto compreensão da natureza humana.
- (C) a uma avaliação individual a respeito do que é justo, correto e bonito.
- (D) a uma série de decisões e pragmatismos sobre diferentes valores.
- (E) ao conjunto de documentos normativos estabelecidos para reger a vida em sociedade.

— QUESTÃO 06 —

No final do texto, há uma quebra de expectativa, visto que as duas grandes e fundamentais verdades do ser humano, descritas pelo enunciador

- (A) carecem de comprovação técnico-científica, diferente das reflexões filosóficas feitas por sobre Sócrates a respeito do ser humano.
- (B) estão desalinhadas da órbita natural das estrelas e do Universo.
- (C) representam pontos secundários na discussão socrática a respeito da justiça.
- (D) são de ordem prática e refletem uma avaliação subjetiva do seu microcosmo, em contraposição à grandeza do Universo.
- (E) justificam parcialmente a necessidade de se reconhecer uma moral individual na atuação da justiça.

Leia o texto a seguir para responder às perguntas 07 e 08.

Texto 2

EXEGESE

Você quer se esconder, então se mostre.
Diga tudo que sabe sobre a vida.
Conte a sua experiência nos negócios,
proclame seu valor de parasita
e deixe que discutam nas casernas
o seu bendito fruto entre as melhores
famílias desta terra.

Depois esconda tudo num poema
e fique descansado: ninguém lê.
Se ler, começam logo a ver navios
e achar que tudo é potagem, símbolos,
desejos reprimidos,

psicanálises,

o diabo a quatro.

O poema não é uma caverna
sigilosa, com sombras tautológicas
nas paredes.

O poema é simplesmente
a sombra sem caverna, o vulto espesso
de si mesmo, a parábola mais reta
de quem escreve torto,
como um deus
canhoto de nascença.

TELES, Gilberto Mendonça. Melhores poemas de Gilberto Mendonça Teles. Seleção de Luiz Busatto. São Paulo: Global, 2007, p. 181.

— QUESTÃO 07 —

Quanto à sua constituição tipológica, as duas primeiras estrofes do poema apresentam uma estrutura

- (A) descritiva, identificada por expressões qualificadoras como “experiência nos negócios” e “valor de parasita”.
- (B) argumentativa, definida pela presença de verbos como “dizer” e “discutir”.
- (C) injuntiva, organizada predominantemente em formas verbais imperativas, como “diga”, “proclame”.
- (D) narrativa, estabelecida pela sequenciação temporal cronológica dos fatos.
- (E) dialogal, marcada pela alternância de papéis interativos entre segunda e terceira pessoas do discurso.

— QUESTÃO 08 —

A progressão das ideias no texto justifica o título do poema de Gilberto Mendonça Teles, pois o enunciador

- (A) explica minuciosamente como o exercício poético pode ser usado como um recurso de auto proteção.
- (B) faz investidas tautológicas na definição do fazer poético.
- (C) critica severamente o desinteresse pela leitura de poemas.
- (D) ratifica a importância do fazer poético com base em princípios psicanalíticos.
- (E) desmente a ideia circulante no senso comum de que o fazer poético resulta em conteúdo indecifrável para os leigos.

Leia o texto a seguir para responder à pergunta 09.

Texto 3



Disponível em: <<https://wordsofleisure.com.>>. Acesso: 15 set. 2017.

— QUESTÃO 09 —

No texto, a linguagem não verbal funciona como uma explicação para a linguagem verbal. Assim, igualdade não significa justiça, porque o princípio que rege a justiça é o de que

- (A) as diferenças sociais dependem da ação solidária entre os cidadãos que fazem uso de objetos comuns no mundo.
- (B) as oportunidades sociais dependem, em boa parte, de atributos biológicos intrínsecos de cada cidadão.
- (C) o Estado deve oferecer oportunidades iguais a todos os cidadãos, evitando-se distinções de qualquer natureza.
- (D) o cidadão menos favorecido deve receber suporte que o habilite a gozar com equidade os direitos universais.
- (E) a aplicação do Direito reconhece que todos são iguais perante a Lei.

Releia os textos 1 e 3 para responder à pergunta 10.

— QUESTÃO 10 —

A falta de aplicação do conceito de justiça do texto 3 pode ser considerada uma das causas da histórica situação de desigualdade presente na sociedade brasileira. Uma justificativa para reversão desse quadro pode ser pressuposta da seguinte frase do texto 1:

- (A) “Às vezes, não temos a coragem necessária de estabelecermos um conceito próprio e viver por ele”.
- (B) “o certo se veste com uma outra roupagem que, às vezes, contradiz o que vemos e em que acreditamos”.
- (C) “Quando ele dizia que a única coisa que sabia era o que nada sabia, ele nos mandou uma extraordinária mensagem”.
- (D) “Sócrates entendeu que o que nos move, o que nos faz viver é a certeza do nosso coração”.
- (E) “Temos apenas de decifrar as mensagens das estrelas e tentar perceber, olhando o firmamento, como faziam os gregos”.

JUIZADO ESPECIAIS CIVIS

— QUESTÃO 11 —

É sabido que os juizados especiais foram instituídos com o fim de dar solução às causas de menor complexidade. Nesta perspectiva, são da competência dos juizados especiais cíveis estaduais:

- (A) as causas cíveis enumeradas no artigo 275, II, do CPC/73, mesmo que delas advenha condenação acima de 40 salários mínimos.
- (B) as ações de despejo para uso comercial.
- (C) as demandas cujo valor da causa não ultrapasse 60 salários mínimos.
- (D) as ações de divórcio e dissolução de união estável, desde que não hajam filhos menores.
- (E) as ações envolvendo danos morais, que constituem, por si só, matéria complexa.

— QUESTÃO 12 —

Os juízes leigos são considerados auxiliares da Justiça e

- (A) são recrutados, preferencialmente, entre advogados, com mais de três anos de atividade profissional.
- (B) são impedidos de exercer a advocacia de maneira geral, enquanto permanecerem na função.
- (C) podem conduzir audiência de conciliação, bem como instruir o processo, desde que mediante a supervisão de um juiz togado.
- (D) são previstos na Constituição, que estabelece a sua implantação nos juizados especiais de todo Brasil até o ano de 2020.
- (E) podem decidir o conflito, quando as partes optarem por resolver o conflito pela solução arbitral.

— QUESTÃO 13 —

A legitimidade ativa nos juizados especiais cíveis é limitada pela Lei n. 9.099, podendo demandar como autores nesta esfera

- (A) as empresas de grande porte, desde que deferido o processamento de recuperação judicial.
- (B) as microempresas e as empresas de pequeno porte.
- (C) as pessoas jurídicas constituídas sem fins lucrativos, independentemente de sua finalidade.
- (D) os menores ou incapazes, desde que devidamente representados ou assistidos.
- (E) os insolventes civis, quando o montante de suas dívidas não ultrapassar 40 salários mínimos.

— QUESTÃO 14 —

A assistência por advogado, nas causas em trâmite perante os juizados especiais cíveis, é obrigatória

- (A) nas causas cujo valor ultrapasse a quantia de até 30 salários mínimos.
- (B) para recorrer da sentença, salvo quando tal assistência não tenha sido prestada no primeiro grau.
- (C) em todas as ações, podendo o causídico representar seu cliente sem procuração escrita nos autos.
- (D) nas causas inferiores a 20 salários mínimos, quando o réu for pessoa jurídica ou firma individual.
- (E) nas causas cujo valor supere 20 salários mínimos, a partir da fase instrutória, sendo dispensada para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.

— QUESTÃO 15 —

Considerando a forma de comunicação dos atos e os prazos processuais em sede de juizados especiais, o juiz

- (A) deve se pronunciar sobre qualquer nulidade, mesmo que não tenha havido prejuízo.
- (B) pode ordenar o arresto de bens, bem como a citação por edital nas ações de execução de título extrajudicial.
- (C) deve aguardar o pagamento das despesas devidas para o cumprimento de diligências, inclusive, quando da expedição de cartas precatórias.
- (D) deve aplicar pena de preclusão temporal, em caso de inobservância dos prazos legais, cujo termo inicial é o dia posterior ao da juntada aos autos do comprovante da comunicação respectiva.
- (E) deve dar ciência às partes dos atos praticados em audiência, por meio de publicação no Diário de Justiça, começando a fluir a partir daí eventuais prazos subsequentes.

— QUESTÃO 16 —

B.C. ajuizou ação de cobrança em face de R.K, perante um juizado especial cível, visando o recebimento de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que havia emprestado. A audiência de conciliação foi designada para o dia 16 de agosto de 2017, sendo que R.K:

- (A) poderá ausentar-se desde que seu advogado supra a sua ausência, restando assim afastada a hipótese de revelia.
- (B) poderá, em comum acordo com B.C., manifestar desinteresse pela audiência de conciliação, caso em que esta será dispensada.
- (C) sofrerá a penalidade de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, caso não compareça, prosseguindo-se para a fase de instrução do processo.
- (D) deverá comparecer, não podendo a sua ausência ser suprida pelo comparecimento de seu advogado, sob pena de revelia.
- (E) poderá não comparecer, não se falando em revelia, caso seu advogado protocole contestação no prazo legal.

— QUESTÃO 17 —

Uma vez cientificado sobre a existência de ação perante os juizados especiais cíveis, é possível ao réu:

- (A) oferecer contestação para impugnar os fatos trazidos pelo autor, devendo as exceções (incompetência, suspeição e impedimento) serem apresentadas em petição apartada.
- (B) oferecer contestação, que deverá ser apresentada por escrito, até o início da audiência de instrução e julgamento.
- (C) apresentar reconvenção, caso queira deduzir pleito condenatório ou constitutivo em face do autor.
- (D) comparecer à audiência, sem oferecer contestação, o que implicará necessariamente na declaração de sua revelia.
- (E) apresentar pedido contraposto, que poderá ter valor superior ao pedido inicial mesmo nas causas limitadas a 20 salários mínimos.

— QUESTÃO 18 —

Não obstante seja comum em sede de juizados especiais cíveis a distribuição dinâmica do ônus probatório, em princípio, as provas dos fatos incumbem a quem alega. Tendo em conta a instrução probatória neste tipo de procedimento, as partes:

- (A) devem produzir todas as provas na audiência de instrução e julgamento, devendo estas ser requeridas com até cinco dias de antecedência.
- (B) podem requerer, no curso da audiência, a realização de inspeção por pessoa da confiança do juiz, que lhe relatará informalmente o verificado.
- (C) podem produzir prova pericial, desde que seja observado o prazo máximo 30 dias, devendo o laudo pericial ser apresentado em audiência.
- (D) podem inquirir até duas testemunhas, cada, que comparecerão à audiência independente de intimação.
- (E) devem produzir todos os tipos de provas orais, que deverão ser reduzidas a termo, mesmo quando a audiência for gravada.

— QUESTÃO 19 —

A sentença nos juizados especiais cíveis

- (A) será irrecorrível, quando homologar laudo arbitral.
- (B) trará um breve resumo dos fatos, estando dispensada a fundamentação.
- (C) poderá ser ilíquida, nos casos de formulação de pedido genérico.
- (D) poderá ser executada em vara comum, no tocante à parte da condenação excedente ao teto de competência dos juizados especiais.
- (E) será recorrível por apelação, no prazo de 15 dias, quando extinguir o processo sem resolução de mérito.

— QUESTÃO 20 —

M.R ajuizou ação de indenização em face da companhia telefônica "Live", visando obter reparação pelos danos materiais e morais causados pela realização de cobrança indevida. O processo foi sentenciado no dia 07/08/2017, segunda-feira, tendo o juiz condenado a empresa ré ao pagamento de R\$ 1.500,00 a título de danos materiais, nada tendo mencionado sobre os danos morais. O autor, então, apresentou embargos declaratórios no dia 14/08/2017, segunda-feira seguinte, sendo estes

- (A) intempestivos, suspendendo o prazo para interposição de outro recurso contra a sentença.
- (B) tempestivos, suspendendo o prazo para interposição de outro recurso contra a sentença.
- (C) tempestivos, interrompendo o prazo para a interposição de outro recurso contra a sentença.
- (D) intempestivos, interrompendo o prazo para a interposição de outro recurso contra a sentença.
- (E) incabíveis, eis que o juiz não é obrigado a manifestar-se sobre todos os pedidos da parte.

— QUESTÃO 21 —

No âmbito dos juizados especiais cíveis, o sistema recursal é relativamente distinto do processo civil comum, cabendo

- (A) apelação, no prazo de 15 dias, da sentença de primeiro grau.
- (B) recurso especial, nas hipóteses descritas na Constituição, contra os acórdãos proferidos pelas turmas recursais.
- (C) recurso extraordinário, nas hipóteses descritas na Constituição, contra os acórdãos proferidos pelas turmas recursais.
- (D) recurso inominado em face da sentença de primeiro grau, sendo dispensados a assistência de advogado e o preparo recursal.
- (E) recurso inominado em face da sentença de primeiro grau, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado.

— QUESTÃO 22 —

Foi proferida sentença em ação de rescisão contratual, cumulada com restituição de importâncias pagas, em trâmite perante juizado especial cível. A parte interessada interpôs recurso 15 dias após a publicação da sentença. Oferecidas as contrarrazões, o processo foi concluso. Considerando a situação narrada, deverá o juiz

- (A) negar admissibilidade ao recurso, ante a sua evidente intempestividade, sendo tal decisão irrecorrível.
- (B) remeter os autos à instância superior, embora seja o recurso intempestivo, tendo em vista não caber mais ao juízo a *quo* o exame da admissibilidade do recurso.
- (C) negar admissibilidade ao recurso, ante a sua evidente intempestividade, cabendo agravo de instrumento contra tal decisão.
- (D) remeter os autos à instância superior, tendo em vista a tempestividade do recurso interposto.
- (E) intimar a parte recorrente para esclarecer acerca de existência de feriado ou falha no sistema, para fins de exame da tempestividade do recurso.

— QUESTÃO 23 —

É sabido que a tutela provisória, sobretudo na modalidade tutela de urgência, serve para respaldar as situações de risco ao direito ou ao resultado útil do processo em razão do decurso do tempo. No âmbito dos juizados especiais cíveis, a tutela provisória

- (A) afigura-se incompatível com o sistema, eis que os processos devem tramitar com celeridade.
- (B) pode ser deferida na modalidade tutela de urgência antecipatória, exigindo a cautelar procedimento especial próprio, incompatível com o rito mencionado.
- (C) permite a fixação de multa cominatória, que, embora deva ser razoavelmente fixada pelo juiz, pode extrapolar o valor de 40 salários mínimos.
- (D) pode ser requerida na modalidade tutela antecipada, de forma antecedente, sendo que a inércia da parte contrária acarretará na estabilização da medida.
- (E) permite a fixação de multa cominatória, que será devida desde o descumprimento, mas só pode ser executada após o trânsito em julgado do processo.

— QUESTÃO 24 —

É incompatível com a tutela executiva prestada no âmbito dos juizados especiais

- (A) a decisão, por juiz leigo, dos embargos à execução.
- (B) a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial.
- (C) a suspensão por um ano do processo, quando não forem localizados bens penhoráveis.
- (D) a determinação, de ofício, para a constrição de bens e valores.
- (E) o oferecimento de embargos à execução, sem prévia segurança do juízo.

— QUESTÃO 25 —

No âmbito das turmas recursais dos juizados especiais cíveis admite-se

- (A) o julgamento monocrático de recurso inominado, sendo incabível, no entanto, a interposição de agravo ou qualquer recurso interno contra tal decisão.
- (B) a condenação do recorrente-vencido ao pagamento de honorários advocatícios, independentemente do oferecimento de contrarrazões.
- (C) a condenação ao pagamento de custas e honorários, somente nos casos de não conhecimento do recurso.
- (D) o ajuizamento de ação rescisória contra os seus próprios julgados.
- (E) o processamento e julgamento de mandados de segurança contra ato de juizado especial, cabendo recurso ordinário constitucional contra o acórdão respectivo.

— RASCUNHO —

JUIZADO ESPECIAIS CRIMINAIS

— QUESTÃO 26 —

A competência do Juizado Especial Criminal será determinada, considerando-se

- (A) o lugar onde foi praticada a infração penal.
- (B) o domicílio ou residência do réu.
- (C) a conexão ou continência.
- (D) a prevenção.
- (E) a prerrogativa de função.

— QUESTÃO 27 —

Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados. Para tanto,

- (A) não serão públicos, nem poderão realizar-se em horário noturno.
- (B) não será pronunciada qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- (C) não serão objeto de registro escrito os atos havidos por essenciais.
- (D) não poderá ser solicitada por *e-mail* a prática de atos processuais em outras comarcas.
- (E) não poderão ter seus atos gravados em fita magnética ou equivalente.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 28 —

Sempre que possível, com o objetivo de reparar danos sofridos pela vítima e proceder à aplicação de pena não privativa de liberdade, o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade. Nesses casos,

- (A) os Juizados Especiais cuidam de crimes cuja pena máxima não seja superior a um ano, conforme disposto na Lei n.10.259/01.
- (B) a reunião de processos, perante o juízo comum, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, não para a observação do instituto da transação penal, nem tampouco da composição dos danos civis.
- (C) o inquérito policial é obrigatório, quando se tratar de infrações penais de menor potencial ofensivo.
- (D) o Juizado Especial Criminal, provido por leigos, tem a competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
- (E) a Lei n. 9.099/95 corresponde à efetivação do mandamento constitucional de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional.

— QUESTÃO 29 —

Ao autor do fato que for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Dessa disposição legal decorre o seguinte:

- (A) a falta de comparecimento de qualquer dos envolvidos implica o encerramento do procedimento.
- (B) as ausências do autor do fato e a vítima permitem a realização imediata da audiência preliminar, sem agendamento de data e com ciência de ambos.
- (C) o comparecimento do autor do fato, solicitado por meio de intimação e do mandado de citação do acusado, requer a obrigatoriedade de acompanhamento de advogado, com nova audiência em caso da ausência deste.
- (D) a violência doméstica pode conduzir ao afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, como medida de cautela estabelecida pelo.
- (E) a ciência dada às partes, aos interessados e aos defensores acerca dos atos praticados em audiência deve ser realizada via intimação por mandado.

— QUESTÃO 30 —

Na audiência preliminar, presentes o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Em caso de conciliação nos Juizados Especiais Criminais,

- (A) a conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.
- (B) a sessão destinada à conciliação e à mediação poderá ser superior a uma, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão, desde que necessárias à composição das partes.
- (C) a audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
- (D) a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- (E) o conciliador ou o mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação e na de suspensão condicional do processo.

— QUESTÃO 31 —

A composição dos danos civis será reduzida a escrito, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível e terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente. Tratando-se de ação penal, uma consequência desse dispositivo é que,

- (A) se for pública, incondicionada, fica derogado o princípio da obrigatoriedade da jurisdição.
- (B) se for privada, exclusivamente, a não aceitação da composição implica aceitação de responsabilização pela autoria da infração penal.
- (C) se for de iniciativa privada, ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- (D) se for pública, condicionada à representação, o acordo homologado acarreta renúncia ao direito de queixa ou de representação em relação ao crime conexo também de competência do Juizado Especial.
- (E) se for pública, condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa, mas não ao de representação.

— QUESTÃO 32 —

Após o aceite da proposta de transação penal pelo autor da infração e pelo seu defensor, ela será submetida à apreciação do Juiz. Nesse caso, a proposta não será admitida se

- (A) ter sido o autor da infração condenado, pela prática de contravenção, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- (B) ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou de multa.
- (C) ter o agente antecedentes, conduta social e personalidade idôneas.
- (D) ter demonstrado ser necessária e insuficiente a adoção da medida.
- (E) ter o agente mais de 21 anos na data da proposta.

— QUESTÃO 33 —

Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou de multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos. Assim sendo, enquadra-se nesse caso, a pessoa que,

- (A) tendo aceito a proposta de transação penal, pela prática de lesão corporal, com o cumprimento de 72 horas de prestação de serviços à comunidade em dezembro ano de 2012, não terá sob qualquer hipótese, direito a nova transação penal antes de dezembro de 2017.
- (B) tendo aceito a proposta de transação penal, pela prática de constrangimento ilegal, com o pagamento de multa em dezembro de 2012, e histórico de prática de lesão corporal em setembro de 2017, terá direito a nova transação penal.
- (C) tendo aceito a proposta de transação penal, pela prática de desacato, e não cumprido o acordo da proposta, poderá em audiência conciliatória, ter feita nova proposta de transação penal.
- (D) tendo cumprida a proposta de transação penal pela prática do crime de ameaça, praticado em 2014, poderá, ter proposta nova transação penal em crime praticado em 2017.
- (E) tendo praticado o crime de homicídio em agosto de 2012 seguindo de prática de crime de lesão corporal leve após saída em livramento condicional, terá proposta de transação penal em relação ao segundo crime.

— QUESTÃO 34 —

Após oferecida uma denúncia ou queixa, ela será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento. Dela também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados. Essa intimação far-se-á por meio de:

- (A) ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constando a desnecessidade de seu comparecimento e de seu advogado.
- (B) ciência das testemunhas arroladas e intimadas com a advertência de que, em caso de sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.
- (C) correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção.
- (D) ciência das partes, dos interessados, dos defensores, sendo necessária, ainda, sua intimação nos termos da lei.
- (E) intimação por edital para que compareçam à audiência de instrução e julgamento.

— QUESTÃO 35 —

Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão do Juizado, houver obscuridade que é definida da seguinte maneira:

- (A) é o procedimento ou atitude oposta ao que se dissera ou adotara anteriormente.
- (B) é a hesitação entre opiniões diversas ou entre várias possibilidades de ação.
- (C) é a falta de visão, de lucidez, de clarividência.
- (D) é o ato ou efeito de deixar de lado, de desprezar ou de esquecer.
- (E) é a propriedade de emprego de algumas palavras com significados diferentes.

— QUESTÃO 36 —

A sentença no Juizado Especial Criminal, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz, a saber: da decisão de rejeição da denúncia ou queixa. Em caso de sentença caberá

- (A) apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (B) recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (C) agravo de instrumento, que poderá ser julgado por turma composta de sete Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (D) apelação, que poderá ser julgada por turma composta de cinco Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (E) recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de cinco Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 37 —

Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não pela Lei n. 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena, a saber:

- (A) a suspensão sem revogação se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- (B) a suspensão revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- (C) a suspensão poderá ser revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- (D) a suspensão com possibilidade de revogação, se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- (E) a suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

— QUESTÃO 38 —

A suspensão de um processo, por dois a quatro anos, apresenta como consequência

- (A) o prazo expirado sem revogação, com declaração de extinção de punibilidade pelo juiz.
- (B) a prescrição corrida durante o prazo de suspensão do processo.
- (C) a obrigatoriedade de aceitação da proposta pelo acusado.
- (D) a suspensão torna-se de *sursis* penal.
- (E) a concessão de nova suspensão processual no prazo decadencial de três anos.

— QUESTÃO 39 —

Nos casos em que a Lei n. 9.099/95 passa a exigir representação para a propositura da ação penal pública, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência. Nesses casos, a decadência vai gerar

- (A) o prazo decadencial de seis meses, de acordo com o Código Penal.
- (B) o não atendimento à intimação pela vítima.
- (C) a possibilidade de ação penal privada.
- (D) a ausência da representação feita pela vítima ofendida.
- (E) a extinção do direito subjetivo de pleitear do Estado uma providência.

— QUESTÃO 40 —

Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova a algumas condições. O acusado aceitou proposta de suspensão do processo e, na mesma semana, por ocasião do velório de sua mãe, dirigiu-se à cidade vizinha para acompanhar o enterro. Nesta situação,

- (A) ele fez uso do seu direito constitucional de ir e vir e direito natural de acompanhar o enterro de um ente querido.
- (B) ele descumpriu a condição da proibição de frequentar determinados lugares imposta pelo juiz.
- (C) ele deveria ter pedido a autorização do Juiz, uma vez que lhe incidia a proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz.
- (D) ele cumpriu todas as condições impostas.
- (E) ele terá, obrigatoriamente, a suspensão revogada.

DIREITO DO CONSUMIDOR

— QUESTÃO 41 —

O princípio da boa-fé objetiva descrito no art. 4º, III, é visto não só como defesa do vulnerável, mas também atua como critério auxiliar na viabilização dos ditames constitucionais sobre a ordem econômica.

CARVALHO, Diógenes Faria de. *Do princípio da boa-fé objetiva nos contratos de consumo*. Goiânia: Ed. da PUCGO, 2011, p.91

Entre os princípios que orientam o Código de Defesa do Consumidor, está a boa-fé objetiva, que:

- (A) restringe sua aplicação aos contratos de consumo.
- (B) garante a igualdade formal-material aos sujeitos da relação jurídica de consumo.
- (C) implementa equilíbrio nas relações de consumo, tendo em vista a presunção absoluta de hipossuficiência do consumidor.
- (D) cria deveres na da celebração do contrato, como os deveres de informar corretamente, ou realizar uma oferta clara, sem equívocos.
- (E) protege a segurança que o consumidor depositou na segurança do produto ou objeto colocado no mercado e por ele adquirido.

— QUESTÃO 42 —

Nos contratos de consumo deve ser estabelecida

- (A) a garantia contratual complementar à legal.
- (B) a garantia contratual independente de termo expresso.
- (C) a garantia contratual, desconsiderando-se a garantia legal.
- (D) a garantia legal de 90 (noventa) dias para todos os produtos e serviços.
- (E) a garantia legal total ou parcial, dependendo da manifestação de vontade do fornecedor.

— QUESTÃO 43 —

De acordo com o sistema de Defesa do Consumidor, a vulnerabilidade técnica

- (A) ocorre quando o comprador não possui conhecimentos específicos sobre o produto, objeto que está adquirindo, e em decorrência disso é mais facilmente enganado.
- (B) trata da falta de conhecimento de contabilidade e economia e a impossibilidade de recorrer a um especialista.
- (C) é presumida para o consumidor não profissional, podendo atingir, excepcionalmente, o profissional destinatário final do bem.
- (D) trata da falta de conhecimentos jurídicos específicos e econômicos.
- (E) ocorre na harmonização dos participantes das relações de consumo e compatibilização com a necessidade de desenvolvimento tecnológico.

— QUESTÃO 44 —

Em caso de vício do produto, o consumidor poderá exigir sua substituição por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, se o fornecedor não resolver o problema em:

- (A) 05 dias.
- (B) 07 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 30 dias.

— QUESTÃO 45 —

Conforme o Código de Defesa do consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes caduca em:

- (A) trinta dias, tratando-se de fornecimento de produto não durável.
- (B) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço durável.
- (C) sessenta dias, tratando-se de produto durável.
- (D) três meses, tratando-se de produto durável.
- (E) trinta dias, tratando-se de produto durável.

DIREITO CIVIL

— QUESTÃO 46 —

Nos termos do Código Civil Brasileiro, o prazo prescricional para a propositura de ação de cobrança de honorários de advogado será de

- (A) 01 ano.
- (B) 02 anos.
- (C) 03 anos.
- (D) 04 anos.
- (E) 05 anos.

— QUESTÃO 47 —

A respeito do instituto das provas, o Código Civil de 2002 regula que não podem ser admitidas como testemunhas

- (A) as pessoas que, por enfermidade ou retardamento mental, não tiverem discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (B) os cegos e surdos, quando a ciência do fato que se quer provar dependa dos sentidos que lhes faltam.
- (C) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade.
- (D) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o quarto grau de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade.
- (E) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais de qualquer grau.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 48 —

O Código Civil Brasileiro, de 2002, assegura que o domicílio do itinerante será o local onde ele

- (A) permanecer mais tempo.
- (B) for encontrado.
- (C) possuía a sua última residência conhecida.
- (D) possui sua inscrição eleitoral.
- (E) foi registrado.

— QUESTÃO 49 —

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, os divórcios realizados no estrangeiro com um ou ambos os cônjuges brasileiros, com processo antecedido de separação judicial, terão homologação de efeito imediato. No entanto, para os demais casos de divórcio, desde que, estabelecidas as condições para a eficácia das sentenças estrangeiras, eles só serão reconhecidos no Brasil depois de

- (A) 1 (um) ano da data da sentença.
- (B) 2 (dois) anos da data da sentença.
- (C) 3 (três) anos da data da sentença.
- (D) 4 (quatro) anos da data da sentença.
- (E) 5 (cinco) anos da data da sentença.

— QUESTÃO 50 —

De acordo com o Código Civil, o contrato de transporte abrange o transporte de coisas ou pessoas. Sendo assim, conforme previsão legal, o contrato

- (A) obriga-se, mediante retribuição ou cortesia, a levar de um lugar para outro, pessoas ou coisas.
- (B) subordina-se às normas do contrato de transporte seja ele gratuitamente, por amizade ou por cortesia.
- (C) tem direito de reter pertences e bagagens do passageiro para garantir o pagamento do valor da passagem que não foi paga.
- (D) deve aceitar passageiros independentemente de suas condições de higiene e de saúde.
- (E) deve reembolsar o usuário que deixar de embarcar independente de comprovação de que outra pessoa tenha embarcado em seu lugar.

— QUESTÃO 51 —

Nos termos do Código Civil Brasileiro, o prazo decadencial para se pleitear a anulação do negócio jurídico quando houver erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, contado a partir da data de sua realização jurídica, deve ser de:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 2 (dois) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 4 (quatro) anos.
- (E) 5 (cinco) anos.

— QUESTÃO 52 —

O Código Civil Brasileiro de 2002 prevê que as pessoas jurídicas podem ser de direito público interno, externo e privado. Nesse contexto,

- (A) as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, as associações públicas e os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em um ano, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (D) o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em cinco anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (E) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Congresso Nacional, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

— QUESTÃO 53 —

O Código Civil Brasileiro de 2002, no que diz respeito à doação, determina que

- (A) a doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até quatro anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
- (B) a doação à entidade futura caducará se, em quatro anos, esta não estiver constituída regularmente.
- (C) a doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular, sendo inadmissível a doação verbal.
- (D) a doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se este outra coisa dispuser, mas não poderá ultrapassar a vida do donatário.
- (E) a doação pode ser revogada por ingratidão devendo ser pleiteada dentro de dois anos, a contar de quando chegue ao conhecimento do doador o fato que a autorizar, e de ter sido o donatário o seu autor.

— RASCUNHO —

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

— QUESTÃO 54 —

A sentença de procedência total em ação de rescisão contratual, cumulada com restituição de importâncias pagas, tem natureza

- (A) declaratória e constitutiva.
- (B) constitutiva negativa.
- (C) constitutiva negativa e condenatória.
- (D) mandamental.
- (E) declaratória meramente.

— QUESTÃO 55 —

Quando for celebrado negócio ou calendário processual,

- (A) os processos que versem sobre arbitragem, independentemente da existência de cláusula de confidencialidade, devem tramitar em segredo de justiça.
- (B) as negociações que estabeleçam mudanças no procedimento são consideradas ilícitas.
- (C) as partes envolvidas ficarão vinculadas à sua observância, salvo o juiz, nos casos de calendarização.
- (D) a intimação das partes acerca dos atos agendados torna-se desnecessária nos casos de calendarização.
- (E) os atos processuais, inclusive os eletrônicos, devem ser realizados em dias úteis, das 06h às 20h.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 56 —

A desconsideração da personalidade jurídica não é instituto novo no ordenamento jurídico brasileiro. Prevista no Código Civil, assim como no Código de Defesa do Consumidor, sua regulamentação procedimental se deu com o advento do Código de Processo Civil de 2015 e

- (A) permite que a desconsideração se dê no bojo dos autos da ação em curso, sem necessidade de abertura de incidente apartado.
- (B) torna-se um incidente processual, que pode ser instaurado pela parte e pelo Ministério público, salvo quando este atuar apenas como fiscal da Lei.
- (C) cabe apenas na fase de cumprimento de sentença e nas ações de execução de título executivo extrajudicial.
- (D) trata-se de incidente processual, dispensado se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial.
- (E) acarreta a suspensão do processo, salvo quando for requerido nas hipóteses de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

— QUESTÃO 57 —

Acerca da resposta do réu, nas ações em trâmite pelo procedimento comum

- (A) incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, inclusive matérias relacionadas à incompetência, impedimento e suspeição do juiz.
- (B) pode o juiz declinar de ofício da competência, em razão de convenção de arbitragem, mesmo que o réu não tenha arguido tal matéria na contestação.
- (C) pode o réu alegar ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, caso em que o juiz extinguirá o processo sem resolução de mérito.
- (D) pode o réu deduzir em face do autor, em petição apartada, pretensão própria conexa com a ação principal, ou com o fundamento da defesa.
- (E) pode o réu oferecer reconvenção em face da parte autora e terceiro estranho à relação processual.

— QUESTÃO 58 —

J.B foi aprovado no vestibular para medicina em uma instituição privada de ensino, quando ainda estava concluindo o segundo ano do ensino médio. A instituição, no entanto, não aceitou a efetivação da matrícula de J.B, em razão da ausência do documento comprobatório da conclusão do ensino médio. Obstinado a matricular-se no curso de medicina, e com receio de perder a vaga, J.B procurou advogado, visando a obtenção de medida liminar que lhe autorizasse a realização da matrícula, cujo prazo se encerraria em 5 dias. Nesse caso, J.B poderá ajuizar:

- (A) ação de obrigação de fazer em face da instituição de ensino, requerendo a concessão de medida cautelar, para autorizá-lo a efetivar a matrícula.
- (B) ação cautelar inominada antecedente, requerendo a determinação judicial à Universidade para aceitar a matrícula, ante a presença dos requisitos *fumus boni iuris e periculum in mora*.
- (C) requerimento de tutela antecipada em caráter antecedente em face da instituição de ensino, que se não for impugnada, tornar-se-á estável no mundo jurídico.
- (D) requerimento de tutela antecipada em caráter antecedente em face da instituição de ensino que, se estabilizada, poderá ser desconstituída por ação autônoma no prazo de cinco anos, contados do trânsito em julgado.
- (E) mandado de segurança, perante o Superior Tribunal de Justiça, sendo a autoridade coatora o Reitor da Universidade.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 59 —

A provas no processo civil

- (A) devem ser produzidas sempre após o fim da fase postulatória e do saneamento do processo, tenha sido este realizado em conjunto com as partes ou não.
- (B) podem ter a produção antecipada, quando puderem viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito, independentemente de urgência.
- (C) podem ser produzidas antecipadamente, sendo que, nesse caso, devem ser requeridas perante o juízo competente para a ação posterior.
- (D) previnem a competência do juízo para eventual ação que venha a ser proposta, quando forem produzidas antecipadamente.
- (E) podem ser produzidas antecipadamente, cabendo agravo de instrumento contra a decisão que deferir a antecipação.

— QUESTÃO 60 —

A coisa julgada material é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso e

- (A) engloba a questão prejudicial, desde que instaurada ação declaratória incidental.
- (B) estende-se às partes entre as quais é dada, podendo, no entanto, prejudicar terceiros, quando estes poderiam ter intervindo na lide e não o fizeram.
- (C) permite no curso do processo discussão de questões já decididas anteriormente.
- (D) engloba os motivos determinantes, para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- (E) engloba a questão prejudicial decidida, se da sua solução depender o julgamento do mérito, se tiver havido contraditório efetivo e se o juízo for competente para decidi-la como questão principal.

— QUESTÃO 61 —

Fulano de Tal ajuizou ação de cobrança em face de Cicrano, visando recebimento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que tinham sido emprestados pelo primeiro ao segundo. Após a devida instrução do processo, o juiz julgou a ação procedente, condenando Cicrano a pagar o valor cobrado, com atualização monetária e juros de 1% ao mês. A sentença foi publicada e, tendo passado em branco o prazo recursal, Fulano continua sem receber o referido crédito. Ante o inadimplemento de Cicrano, Fulano poderá:

- (A) requerer o cumprimento de sentença, acrescendo-se ao débito, de plano, 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, em razão do inadimplemento.
- (B) ajuizar ação de execução de título judicial, citando-se o devedor para pagar em 3 dias, sob pena de multa e honorários de 10% cada.
- (C) requerer o cumprimento de sentença, intimando-se o devedor, na pessoa de seu advogado, para pagar o débito no prazo de 15 dias, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10% cada.
- (D) requerer o cumprimento de sentença, intimando-se pessoalmente o devedor, para pagar o débito no prazo de 15 dias. Realizado o pagamento no prazo, serão abatidos 50% do valor dos honorários advocatícios.
- (E) ajuizar ação de execução de título judicial, citando-se o devedor para pagar o débito em 15 dias, podendo este oferecer embargos, que suspenderão o andamento da execução.

— RASCUNHO —

— RASCUNHO —

DIREITO PENAL

— QUESTÃO 62 —

Dispõe o Código Penal que, no concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da

- (A) culpabilidade.
- (B) reincidência.
- (C) conduta social.
- (D) circunstância do crime.
- (E) consequência do crime.

— QUESTÃO 63 —

Nos termos do Código Penal, as penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for

- (A) tentado.
- (B) culposo.
- (C) omissivo.
- (D) permanente.
- (E) político.

— QUESTÃO 64 —

Dentre os crime tipificados na Lei n. 10.826/2003, é de menor potencial ofensivo o crime de

- (A) omissão de cautela.
- (B) posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- (C) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- (D) disparo de arma de fogo.
- (E) comércio ilegal de arma de fogo.

— QUESTÃO 65 —

Caso um acusado preencha os demais requisitos da Lei n. 9.099/1995, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo no seguinte crime contra o patrimônio, tipificado no Código Penal:

- (A) furto qualificado.
- (B) roubo simples.
- (C) extorsão indireta.
- (D) duplicata simulada.
- (E) receptação de animal.

— QUESTÃO 66 —

Configura infração de menor potencial ofensivo o seguinte crime ambiental doloso, tipificado na Lei n. 9.605/1998:

- (A) praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
- (B) desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente.
- (C) causar poluição de qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.
- (D) disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas.
- (E) fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.

— QUESTÃO 67 —

Nos termos do Decreto-Lei n. 3.688/1941, configura contravenção penal a conduta tipificada como

- (A) escrito ou objeto obsceno.
- (B) rufianismo.
- (C) corrupção de menores.
- (D) assédio sexual.
- (E) importunação ofensiva ao pudor.

— **QUESTÃO 68** —

Preenchidos os requisitos da Lei n. 9.099/1995, o crime de embriaguez ao volante, tipificado no art. 306, caput, da Lei n. 9.503/1997, admite

- (A) procedimento sumaríssimo.
- (B) termo circunstanciado de ocorrência.
- (C) audiência preliminar no Juizado Especial.
- (D) suspensão condicional do processo.
- (E) transação penal.

— **QUESTÃO 69** —

O Código Penal dispõe que a pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de

- (A) cinco dias de detenção ou reclusão.
- (B) dez dias de detenção ou reclusão.
- (C) quinze dias de detenção ou reclusão.
- (D) vinte dias de detenção ou reclusão.
- (E) trinta dias de detenção ou reclusão.

— **RASCUNHO** —

— **RASCUNHO** —

DIREITO PROCESSUAL PENAL

— QUESTÃO 70 —

Nos termos do Código de Processo Penal, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o

- (A) escrivão de polícia.
- (B) chefe de polícia.
- (C) juiz leigo.
- (D) juiz de direito.
- (E) Tribunal de Justiça.

— QUESTÃO 71 —

Conforme dispõe expressamente o Código de Processo Penal, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 7 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 15 dias.

— QUESTÃO 72 —

Segundo o Código de Processo Penal, estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante

- (A) mandado de citação.
- (B) edital de citação.
- (C) carta precatória.
- (D) carta de ordem.
- (E) carta rogatória.

— QUESTÃO 73 —

Dispõe expressamente o Código de Processo Penal que, da decisão que denegar a apelação, caberá

- (A) recurso em sentido estrito.
- (B) carta testemunhável.
- (C) agravo em execução.
- (D) revisão criminal.
- (E) recurso extraordinário.

— QUESTÃO 74 —

Segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, o prazo para interposição de agravo contra a decisão do juiz da execução penal é de

- (A) 2 dias.
- (B) 3 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 8 dias.
- (E) 10 dias.

— QUESTÃO 75 —

Da decisão que indeferir a habilitação do assistente de acusação, caberá

- (A) recurso em sentido estrito.
- (B) apelação criminal.
- (C) embargos infringentes.
- (D) embargos de nulidade.
- (E) mandado de segurança.

— QUESTÃO 76 —

Dispõe o Código de Processo Penal, expressamente, que, tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela

- (A) residência do réu.
- (B) conexão.
- (C) continência.
- (D) prevenção.
- (E) distribuição.

— QUESTÃO 77 —

Segundo o Código de Processo Penal, a testemunha faltosa poderá ser processada criminalmente por crime de

- (A) falso testemunho.
- (B) desacato.
- (C) desobediência.
- (D) resistência.
- (E) fraude processual.

DIREITO CONSTITUCIONAL

— QUESTÃO 78 —

Nos termos do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, são direitos sociais:

- (A) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, o meio ambiente, a previdência social, a proteção a maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- (B) a educação, a saúde, o meio ambiente, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.
- (C) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e o meio ambiente e os direitos humanos.
- (D) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social e os direitos humanos.
- (E) a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

— QUESTÃO 79 —

O artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prescreve a melhoria dos direitos sociais dos trabalhadores. Dessa forma, de acordo com o mencionado artigo, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- (A) participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa.
- (B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, além, da remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
- (C) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, proibida a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- (D) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (E) assistência gratuita em creches e pré-escolas aos filhos e dependentes desde seu nascimento até os 6 (seis) anos de idade.

— QUESTÃO 80 —

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, além da soberania,

- (A) a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
- (B) a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político.
- (C) a prevalência dos direitos humanos, a dignidade da pessoa humana, a solução pacífica dos conflitos, o pluralismo político e a igualdade entre os Estados.
- (D) a garantia o desenvolvimento nacional, a dignidade da pessoa humana; a independência nacional.
- (E) a cidadania, a autodeterminação dos povos, a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

— QUESTÃO 81 —

O Supremo Tribunal Federal (STF) é o guardião da Constituição da República Federativa do Brasil. Nos termos da lei maior, compete ao STF processar e julgar originariamente:

- (A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual, municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal.
- (B) as infrações penais comuns e de responsabilidade, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (C) o pedido de medida cautelar das ações declaratórias de constitucionalidade.
- (D) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, entre a União, o Distrito Federal e os Municípios entre si, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- (E) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

— QUESTÃO 82 —

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é fruto de amplos debates políticos e de gestão da justiça que permearam o século XX no Brasil. Criado pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 105 e 106 e, instalado no ano seguinte, suas decisões influenciam todos os aspectos da vida cotidiana das pessoas. Por isso, é conhecido como 'Tribunal da Cidadania'.

Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Institucional/Hist%C3%B3ria. Acesso em: 21 set de 2017.

Considerando o texto acima, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,

- (A) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do Presidente da República, Ministro de Estado, Governadores, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- (B) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- (C) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas precatórias, devendo a homologação se limitar à análise dos requisitos assegurados pelo artigo 9º, caput, da Resolução n. 9º do STJ.
- (D) os crimes comuns, os Governadores dos Estados, do Distrito Federal e os Prefeitos e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- (E) o *habeas data*, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

— QUESTÃO 83 —

Nos termos do artigo 109 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete aos juízes federais processar e julgar

- (A) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- (B) as causas fundadas em tratado ou contrato da União, Estado ou Município, com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- (C) os crimes e as contravenções penais cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- (D) os crimes e as contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- (E) os crimes e contravenções penais previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro.

— QUESTÃO 84 —

A Constituição da República Federativa do Brasil, denominada "Constituição Cidadã", assegurou ao Ministério Público uma série de garantias e prerrogativas na defesa do interesse da sociedade. É uma função institucional do Ministério Público:

- (A) promover a ação de inconstitucionalidade ou Ação Civil Pública para fins de intervenção da União, dos Estados e dos Municípios, nos casos previstos nesta Constituição.
- (B) exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei ordinária.
- (C) expedir autorizações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei ordinária respectiva.
- (D) promover o inquérito policial e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, e de outros interesses difusos e coletivos, na forma da lei complementar.
- (E) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

— QUESTÃO 85 —

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe sobre as funções essenciais à justiça e, no tocante ao Ministério Público, assegura que

- (A) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (B) os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (C) a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (D) os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria simples do Poder Legislativo, na forma da lei ordinária respectiva.
- (E) o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

— QUESTÃO 86 —

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura em seu artigo 225, §4º que são patrimônios nacionais:

- (A) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira e o Cerrado.
- (B) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira e a Caatinga.
- (C) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- (D) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado e o Pampa Gaúcho.
- (E) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Zona Costeira, o Cerrado e a Caatinga.

— QUESTÃO 87 —

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que concerne aos direitos e das garantias fundamentais, assegura que no exercício da cidadania serão gratuitas as ações de

- (A) habeas corpus e habeas data.
- (B) ação popular e mandado de segurança.
- (C) habeas data e mandado de segurança.
- (D) habeas corpus e mandado de injunção.
- (E) mandado de segurança coletivo e ação popular.

— RASCUNHO —

DIREITO ADMINISTRATIVO

— QUESTÃO 88 —

Centralização, descentralização e desconcentração são técnicas de organização utilizadas pela Administração Pública. Essas técnicas

- (A) envolvem a distribuição de tarefas e a lotação de agentes públicos em órgãos públicos.
- (B) implicam necessariamente a distribuição de competências em uma mesma pessoa jurídica.
- (C) ligam-se obrigatoriamente às entidades da Administração Direta.
- (D) cuidam da execução de competências administrativas dos entes da federação, de forma direta ou indireta.
- (E) prescindem de lei para criação de entidades públicas, em razão de expressa previsão constitucional.

— QUESTÃO 89 —

“Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. É aqui que melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei”.

(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Forense, 2017, p.75).

Esse excerto refere-se ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) supremacia do Interesse Público.
- (E) proporcionalidade.

— QUESTÃO 90 —

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente que possa prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Assim sendo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000)

- (A) é aplicável às entidades do terceiro setor que recebem recursos públicos.
- (B) exige, para todas as despesas públicas, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (C) proíbe a revisão geral de remuneração do funcionalismo público (Art.37, inciso X da Constituição) se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite.
- (D) veda ao ente o recebimento de transferências voluntárias pelo não cumprimento dos prazos determinados por lei para a redução de despesa com pessoal.
- (E) estabelece limites globais para a despesa com pessoal de cada um dos entes da federação, sem trazer limites específicos para poderes ou órgãos.

— QUESTÃO 91 —

Os contratados por prazo determinado, em razão de excepcional interesse público (Art.37, IX da Constituição Federal),

- (A) são considerados agentes públicos.
- (B) podem substituir cargos públicos efetivos, temporários ou vitalícios.
- (C) devem submeter-se a concurso público.
- (D) são proibidos de exercer funções públicas permanentes ou temporárias ainda que haja necessidade.
- (E) são considerados empregados públicos, sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— QUESTÃO 92 —

“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido” (STF, Súmula Vinculante n. 43).

A regra transcrita, consagrada na Súmula,

- (A) implica a impossibilidade da realização de concurso interno para acesso a cargos públicos que não integrem a mesma carreira.
- (B) consagra a inconstitucionalidade do provimento de qualquer cargo público sem concurso público.
- (C) impede a promoção do servidor para níveis mais altos dentro da mesma carreira.
- (D) exige carreira para todo e qualquer cargo público.
- (E) objetiva vedar o nepotismo no acesso aos cargos públicos.

— QUESTÃO 93 —

Como caracteriza-se o controle da Administração Pública realizado pelos Tribunais de Contas?

- (A) O controle é judicial em virtude da existência de atribuições constitucionais de julgamento.
- (B) O controle impede a apreciação de seus atos pelo judiciário em razão do atributo da “coisa julgada administrativa”.
- (C) O controle abrange todos os órgãos públicos, à exceção dos que possuem autonomia constitucional.
- (D) O controle é exercido sobre a legalidade dos atos administrativos, sem avaliação de eficiência e economicidade.
- (E) O controle tem sobre si a tarefa de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.

— QUESTÃO 94 —

A responsabilidade civil do servidor público em razão de dano causado a particular é subjetiva e

- (A) dispensa a investigação de comportamento com dolo ou culpa.
- (B) exclui a responsabilização criminal.
- (C) deve ser atestada pelo Poder Judiciário em ação civil de improbidade administrativa, sem ser considerada objeto de processo administrativo.
- (D) tem como pressuposto a demonstração de comportamento com dolo ou culpa.
- (E) está sujeita ao teto constitucional de remuneração, para efeito de fixação do montante da indenização.

— QUESTÃO 95 —

Uma das características dos atos administrativos é:

- (A) a sujeição ao regime jurídico de direito privado, de conformidade com ao Código Civil.
- (B) a possibilidade de sua revogação, quando praticados com vícios que os tornem ilegais.
- (C) a presunção de legitimidade.
- (D) a possibilidade de anulação, quando inconvenientes ou inoportunos em relação ao interesse público.
- (E) o mérito, demandando sempre avaliação subjetiva do agente público.

— RASCUNHO —

ÉTICA

— QUESTÃO 96 —

Segundo a Resolução n. 174/2013, do CNJ, os Tribunais de Justiça deverão providenciar a capacitação de seus juízes leigos, no mínimo por

- (A) 10 horas.
- (B) 20 horas.
- (C) 30 horas.
- (D) 40 horas.
- (E) 50 horas.

— QUESTÃO 97 —

Nos termos da Resolução n. 174/2013, do CNJ, a contar do encerramento da instrução, o juiz leigo deverá apresentar o projeto de sentença, no prazo máximo de

- (A) 5 dias.
- (B) 7 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 12 dias.
- (E) 15 dias.

— QUESTÃO 98 —

A Resolução n. 174/2013, do CNJ, dispõe que o juiz leigo fica subordinado às orientações e ao entendimento jurídico do

- (A) Presidente do Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (C) Corregedor-Geral de Justiça.
- (D) Presidente da Turma Recursal.
- (E) Juiz togado.

— QUESTÃO 99 —

Segundo o Código de Ética dos Juízes Leigos, é dever desses juízes, sem prejuízo daqueles estabelecidos pelo respectivo Tribunal,

- (A) captar clientela para auxiliar no exercício das suas funções.
- (B) velar por sua honra e reputação pessoal e agir com lealdade e boa-fé.
- (C) avisar as partes sobre o horário marcado para o início das audiências.
- (D) dar informações ao acusado sobre a possibilidade de obter reparação ao dano sofrido.
- (E) informar as partes de sua condição de equiparado ao juiz togado.

— QUESTÃO 100 —

Nos termos do Código de Ética dos Juízes Leigos, em caso de descumprimento de seus deveres, o juiz leigo poderá ser representado, perante o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados,

- (A) por qualquer pessoa.
- (B) por delegado da polícia civil.
- (C) por promotor de justiça.
- (D) pelo Ouvidor do Poder Judiciário.
- (E) pelo Procurador Geral de Justiça.

— RASCUNHO —